

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



SESSÃO DE DEZEMBRO

ATA N.º 8/2025

YR
Spm

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 08/2025

1. Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Fórum Cultural “A Praça”, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 05 minutos, tendo estado presentes os seguintes deputados: João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês, Paula Isabel Chilrito Galhardas, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques, Sofia Isabel da Graça Laureano, Margarida Pardal Correia, Luís Miguel Nunes Rodrigues, Nuno Daniel Gaibino da Silva e Carla Manuela Bailador Fialho Domingues, eleitos pelo Partido Social Democrata, Maria Cristina Aldeias Saiote Rodrigues, Maria Clara Cardoso Pereira, Paulo Jorge Piteira Campino e Filipa Cristina Nobre Silva, eleitos pelo Partido Socialista, Afonso Augusto da Silva Luz e José Manuel Batista Leitão, eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, Jorge Manuel de Valsassina Galveias Rodrigues, eleito pelo CHEGA, Fernando Jorge Travessa Chaveiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas e Sandra Maria Patuleia Grilo, Presidente da Junta de Freguesia de Landeira.
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Coelho Videira, pelo Vice-Presidente, Luís Filipe Laranjo Matias, e pelos Vereadores Sofia Cristina Almeida Batista Marante, Pedro José Barbas Martins e Paula Maria Sabino Guerreiro Rocharte Valentim.
3. Sendo a primeira reunião em que participa o Deputado Nuno Daniel Gaibino da Silva, na sequência da Renúncia de Mandato do Deputado António Manuel Louro Prata, o Presidente, para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, verificou a sua identidade e legitimidade.
4. O **Presidente da Assembleia Municipal**, saudou todos os presentes na Assembleia Municipal, o público presente, todos os Vendasnovenses que estavam a ver através do Facebook do Município e aos colaboradores do município que prestam apoio à Assembleia.
5. Menciona a existência de uma falha na transcrição da votação da Minuta da Ata n.º 7, no que respeita ao 7.º ponto – 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2025, uma vez que não consta a abstenção da Bancada do Partido Socialista. Considerando que a minuta já se encontra aprovada, fica registada a respetiva ressalva.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

6. Foi apresentado para votação pelo **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 5/2025**, referente à sessão realizada no dia 29 de setembro de 2025.
7. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
8. O **Deputado José Leitão**, menciona que no parágrafo 46, 47 e 48 refere PAN, quando deveria referir PAM.
9. Não havendo mais intervenções, o documento foi posto a votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade, o projeto de ata n.º 5/2025**, referente à sessão realizada no dia 29 de setembro de 2025.

10. Não participaram na discussão e votação os deputados Paula Isabel Chilrito Galhaldas, Sofia Isabel da Graça Laureano, Margarida Pardal Correia, Luís Miguel Nunes Rodrigues, Nuno Daniel Gaibino da Silva, Carla Manuela Bailador Fialho Domingues, Fernando Jorge Travessa Chaveiro, Maria Cristina Aldeias Saiote Rodrigues, Filipa Cristina Nobre Silva, Afonso Augusto da Silva Luz e Jorge Manuel de Valsassina Galveias Rodrigues por não terem estado presentes na sessão em causa.
11. Foi apresentado para votação pelo **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 6/2025**, referente à sessão realizada no dia 30 de outubro de 2025.
12. Não havendo intervenções, o documento foi posto a votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **projeto de ata n.º 6/2025**, referente à sessão realizada no dia 30 de outubro de 2025.
13. Não participaram na discussão e votação os deputados Paula Isabel Chilrito Galhaldas, Margarida Pardal Correia e Nuno Daniel Gaibino da Silva, por não terem estado presentes na sessão em causa, bem como o deputado Jorge Manuel de Valsassina Galveias Rodrigues por não estar presente aquando da respetiva discussão e votação.
14. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PS que apresentasse a Moção.
15. Foi apresentada pela **Deputada Maria Clara Pereira**, em representação da Bancada do PS a **Moção de Louvor "O Alentejo Venceu! Vendas Novas Venceu! Louvor à aprovação, na Assembleia da República, da Proposta do PS que Isenta a A6 do Pagamento de Portagens em 2026"**. (Anexo 41/25)
16. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
17. A **Deputada Paula Galhaldas**, referiu que a Bancada do PSD entende que os trabalhos da Assembleia Municipal devem orientar-se pelo apoio a medidas justas, que sirvam as pessoas e valorizem o território, independentemente da autoria das propostas. Considerou que a isenção parcial aprovada para a A6 constitui um passo positivo, por promover justiça territorial e corrigir desigualdades que afetam o interior. Acrescentou que a medida poderá reduzir o tráfego de veículos pesados na cidade, beneficiando a população. Reafirmou que esta posição é coerente com a visão do PSD de valorização do interior e de promoção da coesão territorial, motivo pelo qual a bancada votará favoravelmente a Moção.
18. O **Deputado Afonso Luz**, menciona que a Bancada da CDU se associa ao louvor, por se tratar de uma matéria que beneficia as populações e as empresas do concelho. Contudo, manifestou a expectativa de que a medida venha efetivamente a concretizar-se, recordando que, ao longo dos anos, várias deliberações semelhantes não tiveram aplicação prática por razões regulamentares, técnicas ou financeiras, expressando o desejo de que o louvor se justifique quando a medida entrar em vigor.
19. O **Presidente da Assembleia Municipal**, deu as boas-vindas ao Deputado Jorge Galveias, esclarecendo que, devido ao seu atraso, os trabalhos haviam, entretanto, prosseguido, tendo sido solicitada à Primeira Secretária a sua integração no momento da chegada.
20. O **Deputado Jorge Galveias**, pediu desculpa pelo atraso, explicando que este se deveu ao trânsito intenso na ponte sobre o Tejo, onde esteve retido cerca de uma hora e meia.
21. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovada, por unanimidade**, a **Moção de Louvor "O**

JR
sup

Alentejo Venceu! Vendas Novas Venceu! Louvor à aprovação, na Assembleia da República, da Proposta do PS que Isenta a A6 do Pagamento de Portagens em 2026”.

22. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da CDU que apresentasse a Moção.
23. Foi apresentada pelo **Deputado José Leitão**, em representação da Bancada da CDU a **Moção “Pelo Acesso às Publicações Periódicas em Todo o País”**. (Anexo 42/25)
24. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
25. O **Deputado Jorge Galveias**, refere que a questão da distribuição da imprensa foi levantada na Assembleia da República junto do Ministro dos Assuntos Parlamentares e do Secretário de Estado, tendo já ocorrido reuniões com a VASP, empresa responsável pela distribuição. Reconheceu a complexidade do tema, dado que se trata de uma empresa privada, limitando a intervenção do Estado.
26. Mencionou que a proposta do CHEGA para permitir que empresas de distribuição de alimentos e outros bens realizem também a entrega de jornais, aproveitando a sua presença diária em várias cidades, de forma a facilitar o transporte da imprensa local, regional e nacional. Após esta medida, as autarquias poderiam complementar a distribuição nos locais mais próximos.
27. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado, por unanimidade, a Moção “Pelo Acesso às Publicações Periódicas em Todo o País”**.
28. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da CDU que apresentasse a Moção.
29. Foi apresentada pelo **Deputado Afonso Luz**, em representação da Bancada da CDU a **Moção “Pela melhoria do Transporte Público Ferroviário no Concelho”**. (Anexo 43/25)
30. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
31. O **Deputado Tomás Marques**, menciona que relativamente à Moção, foi referido que as exigências nela constantes são antigas e transversais às diferentes bancadas, não havendo oposição às propostas apresentadas. Salienta que se trata de reivindicações antigas da população e que a ferrovia constitui um meio de transporte fundamental para o desenvolvimento da cidade e do concelho, sendo utilizada diariamente por muitos cidadãos. Destacou ainda a importância de promover o transporte ferroviário, por ser mais sustentável, defendendo-se a melhoria das suas condições de utilização e conforto. Apesar de não haver concordância total com a redação da Moção, manifesta a intenção de voto favorável.
32. O **Deputado Jorge Galveias**, refere que a proposta de utilização do ramal de Setil-Vendas Novas por composições de passageiros foi apresentada pelo CHEGA no Orçamento do Estado, devidamente fundamentada, tendo sido rejeitada pelo PSD, manifestando surpresa pela concordância agora demonstrada com a Moção. Indicou que a proposta será reapresentada sob a forma de projeto de resolução.
33. Menciona uma audição ao Ministro das Infraestruturas, na qual foi explicado que a inexistência de comboios e carruagens impede o avanço da solução, considerando

lamentável que este problema, conhecido há vários anos, só agora esteja a ser colocado.

34. Referiu que a apresentação da Moção por parte da CDU, após vários anos de presença na Assembleia Municipal, causa estranheza. Apesar disso, foi manifestada a intenção de voto favorável, reconhecendo que a resolução da situação não compete à Assembleia Municipal, mas sim à Infraestruturas de Portugal, à CP e ao Ministério das Infraestruturas, admitindo que a solução demorará ainda bastante tempo.
35. O **Deputado Tomás Marques**, esclarece que os eleitos na Assembleia Municipal de Vendas Novas não estão mandatados por dirigentes nacionais do partido, mas sim pela população do concelho, afirmando-se que sempre que se justifique serão tomadas posições em defesa dos interesses dos Vendas-Novenses, mesmo que divergentes das orientações nacionais do PSD ou do Governo.
36. Refere que a Moção consiste num conjunto de intenções e exigências, reconhecendo que algumas são, no momento, impossíveis de concretizar, nomeadamente o aumento urgente do número de carruagens, devido à inexistência de composições, situação resultante da falta de investimento ao longo dos últimos anos. Apesar dessas limitações, reafirma que a defesa do que é melhor para Vendas Novas se manterá, independentemente da possibilidade imediata de concretização, não alterando tal facto o sentido de voto favorável às exigências apresentadas.
37. O **Deputado José Leitão**, refere que a bancada da CDU coloca a questão na Assembleia Municipal há pelo menos uma década, anteriormente incluindo também a problemática dos espaços, entretanto resolvida.
38. Salaria que a falta de carruagens resulta de opções políticas passadas, atribuindo responsabilidade ao PSD pela privatização da Sorefame durante o governo de Cavaco Silva, o que levou ao encerramento da empresa e à atual dependência da aquisição de material circulante no estrangeiro.
39. O **Deputado Paulo Campino**, menciona que relativamente à Moção apresentada pela CDU, manifesta o total acompanhamento da mesma, salientando a ferrovia como um pilar fundamental para o desenvolvimento de Vendas Novas e a consonância das propostas com a posição defendida pela bancada.
40. Refere o constrangimento atualmente sentido pelos munícipes na utilização do transporte ferroviário, nomeadamente as dificuldades na reserva de lugares, mesmo sendo detentores de passe, tanto para deslocações de trabalho como de lazer.
41. No que respeita à questão das carruagens, foi contestada a afirmação de que não tenham sido adquiridas pelos governos anteriores, referindo a existência de contratos celebrados nesse sentido, questionando ainda se a justificação da falta de carruagens continuará a ser utilizada até ao final da legislatura, considerando que o Governo se encontra em funções há cerca de um ano e meio.
42. O **Deputado Tomás Marques**, refere que a Assembleia Municipal não está mandatada para discutir política nacional, embora se tenham acolhido algumas réplicas das restantes bancadas.
43. Menciona que foi salientado que a responsabilidade pela situação atual resulta de decisões tomadas por diferentes governos ao longo do tempo, reconhecendo que a governação socialista dos últimos anos adquiriu material circulante, mas em número manifestamente insuficiente para as necessidades do país.

JK
S/pn

44. Foi defendido que a atual falta de lugares nas carruagens resulta de uma má gestão passada, considerando irrealista exigir que um novo governo resolva, em pouco mais de um ano, problemas acumulados ao longo de uma década.
45. Refere ainda que os munícipes suportam atualmente um aumento significativo dos custos e que, apesar de a questão das carruagens não ser resolvida através da presente Moção, esta permite afirmar uma posição política em defesa dos interesses de Vendas Novas.
46. Concluiu com a reafirmação do apoio à Moção, por conter propostas consideradas benéficas para o concelho e para os Vendasnovenses.
47. O **Deputado Jorge Galveias**, refere que, apesar de não ser intenção discutir decisões do Governo Central ou do PSD nacional, existe uma ligação entre a atuação da bancada do PSD a nível local e as posições assumidas a nível nacional.
48. Foi defendido que, caso o PSD na Assembleia da República tivesse acompanhado a proposta apresentada pelo CHEGA relativa à utilização do ramal Setil-Vendas Novas para transporte de passageiros, a situação poderia ter sido resolvida de forma mais célere.
49. Manifesta concordância com a intervenção da CDU, recordando o encerramento da Sorefame, antiga empresa nacional dedicada à construção de carruagens, refutando a ideia de que a produção deste material em Portugal seja uma novidade recente.
50. Conclui com a reafirmação do sentido de voto favorável à Moção.
51. O **Deputado José Leitão**, refere, a título ilustrativo, que as composições atualmente em circulação na ligação Évora-Lisboa utilizam carruagens reabilitadas em 1993 pelo Grupo Oficial de Manutenção e Equipamento Ferroviário, evidenciando a antiguidade do material circulante em uso.
52. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado, por unanimidade, a Moção "Pela melhoria do Transporte Público Ferroviário no Concelho"**.
53. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da CDU que apresentasse a Moção.
54. Foi apresentada pelo **Deputado José Leitão**, em representação da Bancada da CDU a **Moção "Contra a governamentalização das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, pela criação das Regiões Administrativas"**.
55. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
56. O **Deputado Jorge Galveias**, considera que a situação descrita é tão ou mais grave do que a matéria constante da Moção da CDU, criticando o acordo estabelecido entre o Partido Socialista e o PSD relativamente à distribuição das CCDR, sem consulta às autarquias, classificando-o como antidemocrático, referindo a existência prévia de escolhas partidárias e orientações para que os autarcas votem nos candidatos indicados pelos respetivos partidos.
57. Foi exemplificado com a CCDR do Alentejo, onde a presidência e vice-presidência caberiam ao Partido Socialista, com o apoio do PSD, salientando que este tipo de acordos implica votações cruzadas entre PS e PSD conforme a distribuição previamente definida.

R
sup

58. Concluiu que esta prática constitui um desrespeito pelas autarquias e uma atitude contrária aos princípios democráticos.
59. O **Deputado Paulo Campino**, menciona que relativamente à Moção da CDU, manifesta acordo com o seu conteúdo, considerando que a alteração em causa desvirtua o processo de descentralização de competências que tem vindo a ser desenvolvido na autarquia e no país, representando igualmente um prejuízo para a autonomia regional e colocando em causa a possibilidade de uma futura e efetiva regionalização.
60. O **Deputado José Leitão**, refere que não aprofundou a discussão sobre o acordo PS-PSD relativo às CCDR, dado que as decisões são tomadas pelos membros nomeados pelo Governo, com cinco contra três. Considerou irrelevante discutir quem avançou ou se demorou no processo, salientando que o mais importante é aprovar e divulgar a posição da Assembleia Municipal em defesa das autarquias.
61. O **Deputado Jorge Galveias**, manifesta acordo com a intervenção do deputado da CDU, salientando, contudo, que o acordo entre PS e PSD, em que membros de cada partido votam nos candidatos do outro, põe em causa a autonomia das autarquias e dos autarcas, sendo considerado um procedimento antidemocrático.
62. Refer que as CCDR se encontram fortemente influenciadas pelo Governo, devido ao número elevado de membros por ele nomeados.
63. O **Deputado José Leitão**, acrescenta que a situação não é apenas antidemocrática, mas também vergonhosa, referindo ao recente Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde o Primeiro-Ministro esteve presente e aparentemente ignorou a questão, reforçando o caráter indignante do procedimento.
64. O **Membro Tomás Marques**, refere que os membros eleitos do PSD votarão de acordo com a sua consciência.
65. Quanto à Moção, reconheceram os méritos do seu conteúdo, embora alguns pontos sejam difíceis de compreender. Salienta que a lei orgânica das CCDR foi definida pelo Governo e não cabe à Assembleia Municipal alterá-la. Apesar da concordância com as intenções da Moção, a forma como está redigida não é aceite, pelo que a Bancada do PSD votará contra.
66. O **Deputado Jorge Galveias**, refere que, embora a decisão tenha sido tomada pelo Governo, os autarcas mantêm o direito de formar a sua própria opinião e de votar segundo a sua consciência. Foi explicado que o que foi indicado pelo PSD e pelo PS destinava-se a orientar os votos dos autarcas nos candidatos sugeridos, mas que cada eleito é responsável pelas suas escolhas, devendo agir de acordo com a sua própria consciência.
67. O **Deputado José Leitão**, questiona ao Deputado Tomás Marques sobre eventuais alterações na redação da moção que permitissem evitar a orientação de voto dos eleitos e a perceção de favorecimento ao PSD. Foi sugerido que, se a proposta tivesse sido apresentada pelo PS, esta bancada provavelmente teria votado favoravelmente, possivelmente com linguagem ainda mais enfática.
68. O **Deputado Tomás Marques**, refere ao Deputado José Leitão que os deputados eleitos definem as suas posições de voto de forma independente e no momento que entendem, recordando que em mandatos anteriores houve tentativas de antecipar a intenção de voto.
69. Sublinha que este tipo de dinâmicas não é novo no país, ocorrendo situações semelhantes em outras eleições, como para as CIM's.

R
Sapn

70. Afirma que a Bancada não pode concordar com a moção que repudia a alteração executiva realizada sem consulta às autarquias, considerando a frase da Moção inaceitável.
71. Reconheceu que a lei orgânica deve ser definida pelo Governo, sendo responsabilidade deste estabelecer o enquadramento que melhor serve a população, e que a Assembleia Municipal se pronunciará contra a Moção.
72. Enfatiza que o poder mais próximo das populações é benéfico, aguardando os resultados da implementação da lei orgânica.
73. O **Deputado José Leitão**, refere que o Deputado de Tomás Marques manifestou preocupação com o termo “repudiar”, sugerindo substituí-lo por uma expressão menos agressiva, como “não concordar com a alteração”.
74. Salaria que o ponto mais grave da Moção é a sua postura final, que, segundo a intervenção, demonstra aceitação de um retrocesso constitucional e concentração progressiva do poder no Governo.
75. Criticou que esta centralização reduz a autonomia dos autarcas, tornando meros executores do poder central, exemplificando com a Câmara de Vendas Novas, que ao aceitar a transferência de competências na área da educação sofre prejuízos anuais significativos devido à insuficiência de verbas transferidas.
76. Concluiu que esta situação evidencia a limitação da autonomia local e a crescente centralização do poder governamental.
77. O **Deputado Tomás Marques**, refere que a última intervenção do Deputado José Leitão evidencia a razão do voto contra da sua bancada à Moção, por considerar que foram misturados temas distintos, nomeadamente a transferência de competências, a regionalização e a CCDR. Acrescentou que tal abordagem gera confusão e não corresponde ao objeto da Moção, entendendo que essa junção de temas visa fragilizar a posição assumida. Reafirmou, por isso, a posição firme da sua bancada e o voto contra.
78. O **Deputado Jorge Galveias**, mencionou que milhares de autarcas não foram ouvidos sobre a decisão em questão, alertando que a medida terá impacto direto nas autarquias de todo o país.
79. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **rejeitada**, por **maioria**, com 9 votos contra (PSD), 7 votos a favor (5 do PS e 2 da CDU) e 1 abstenção (CH), a **Moção “Contra a governamentalização das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, pela criação das Regiões Administrativas”**.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º ponto – Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Vendas Novas

80. O **Presidente da Assembleia Municipal**, informa a Assembleia que, conforme deliberado, reuniu uma comissão no dia 17 de dezembro de 2025, com a presença dos líderes das respetivas bancadas, tendo a proposta apresentada pela Mesa correspondido ao que consta da documentação distribuída.

81. O **Deputado Paulo Campino**, menciona que a Bancada do Partido Socialista se congratula com a abertura à constituição de um grupo de trabalho, apesar da proposta inicial do Regimento, considerando que o mesmo teve um desenvolvimento proveitoso e permitiu alcançar consenso quanto à versão final do Regimento.
82. O **Deputado Afonso Luz**, informou que o partido irá votar favoravelmente o Regimento, reconhecendo que algumas das propostas apresentadas foram parcialmente contempladas. Lamentou que a proposta relativa à antecipação do período de intervenção do público para o início da sessão, antes do período da ordem do dia, não tenha sido aceite, mas confirmou que a votação será favorável.
83. O **Deputado Tomás Marques**, enunciou concordância com as intervenções dos restantes membros da Assembleia Municipal, saudando em particular a Bancada da CDU, que apresentou uma proposta com alterações mais amplas do que aquelas que constam da redação final do Regimento. Destacou a importância do consenso alcançado, sublinhando que a capacidade de diálogo e ajuste mútuo augura um período de trabalho positivo nos quatro anos seguintes, valorizando os momentos democráticos em que se chega a soluções confortáveis para todos.
84. O **Deputado Jorge Galveias**, congratulou-se pela demonstração de democracia ocorrida na recente discussão das moções apresentadas pela CDU, destacando que os pontos debatidos foram analisados e ajustados conforme as decisões coletivas, resultando num documento final plenamente definido e consensual, sem objeções significativas.
85. O **Presidente da Assembleia Municipal**, manifestou satisfação por constatar que o Regimento tende a ser aprovado por unanimidade, observando que, à semelhança do ocorrido há quatro anos, é desejável que o Órgão disponha de um documento no qual todos se sintam confortáveis.
86. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Vendas Novas.**
87. O **Deputado Afonso Luz**, apresentou uma declaração de voto da Bancada da CDU proferindo:
88. "A CDU votou favoravelmente o Regimento da Assembleia Municipal, por entender que, no seu conjunto, se trata de um documento equilibrado, que dá resposta às questões legais e que permitirá assegurar o normal funcionamento do órgão.
89. No entanto, lamentamos não ter sido acolhida, em sede da Comissão constituída para a revisão do documento, a nossa proposta de que o período destinado à Intervenção do Público antecederse o período de Antes da Ordem do Dia.
90. Defendemos a maior participação cidadã possível das populações de todo o Concelho, nomeadamente intervindo nesta Assembleia, e o facto de remetermos a sua possibilidade de intervenção para o final das Sessões, a uma hora impossível de prever, mas normalmente tardia, após o que terão de regressar a suas casas, é um fator desincentivador dessa participação.
91. A nossa proposta permitiria a previsão da hora a que os munícipes poderiam intervir, sem aguardar por todo o desenrolar dos trabalhos da Assembleia, assim como a possibilidade de se posicionarem sobre pontos da Ordem de Trabalhos da Assembleia".

R
Spm

2.º ponto – Proposta de Demonstrações Previsionais para 2026 (Orçamento, PPI e PAM)

92. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
93. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
94. O **Deputado José Leitão**, questiona se o que está escrito na página quatro do primeiro paragrafo do orçamento, se não são trezentos mil.
95. O **Deputado Afonso Luz**, refere que a Bancada da CDU, na apreciação dos documentos, se confrontou com uma questão de fundo relativa ao processo de descentralização de competências, o qual considera ter sido implementado de forma apressada pelos sucessivos Governos PSD, CDS e PS, condicionando o presente orçamento e já o mandato anterior. Salaria que esta situação é particularmente sentida nas áreas da educação e da saúde, devido à transferência de encargos, edifícios degradados e equipamentos desadequados, sem financiamento adequado por parte do Estado Central.
96. Relativamente a Vendas Novas, indica que o documento aponta para um défice de cerca de 300 mil euros na área da educação em 2025, tendo sido manifestadas dúvidas quanto à suficiência desse valor. Foi ainda referido que, embora o Executivo tenha solicitado compensação à Direção-Geral das Autarquias Locais, a CDU não acredita que essa compensação venha a ocorrer na totalidade, sem prejuízo de saudar essa iniciativa.
97. Acrescenta que o orçamento prevê a inscrição de 350 mil euros em "outras receitas correntes" para suprir o défice, tendo sido manifestadas reservas quanto à sua concretização, atendendo à inexistência de verbas específicas no Orçamento do Estado para 2026 destinadas a cobrir défices de 2025.
98. Por fim, salienta que a estrutura da despesa evidencia o peso significativo das despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços, que representam mais de 72% do orçamento, condicionando a capacidade de investimento, a qual ficará dependente de financiamento bancário ou de apoios comunitários, tendo sido solicitados esclarecimentos quanto às previsões de crédito inscritas no orçamento plurianual, nomeadamente no que respeita aos passivos financeiros previstos para 2027 e anos subsequentes.
99. Relativamente ao Plano de Atividades, foi manifestado desconforto por não estarem detalhadas, nos termos dos contributos apresentados ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, as verbas destinadas às comemorações do 25 de Abril e da Elevação de Vendas Novas a Cidade, considerando que a agregação numa única verba de "programação cultural" não permite avaliar o envolvimento da Câmara Municipal nestas celebrações nem as orientações do Executivo quanto à programação do Auditório Municipal, da Biblioteca Municipal ou das noites de verão.
100. No Plano de Investimentos, foi referido que, apesar das limitações financeiras, seria importante iniciar a alteração do plano de pormenor do parque desportivo, incluindo a construção de uma piscina coberta de 25 metros e a requalificação do pavilhão gimnodesportivo, bem como dar prioridade à construção de um parque de estacionamento junto à estação ferroviária, conforme moção aprovada por unanimidade. Foram ainda mencionadas a necessidade de construção de um telheiro na Escola Básica da Landeira e a reabilitação do estaleiro da freguesia da Landeira.

101. Face ao exposto, os documentos provisionais para 2026 e seguintes não receberam aval, sendo decidido votar pela abstenção, na expectativa de que, no momento da integração do saldo de gerência de 2025, os documentos possam ser revistos e responder às questões levantadas.
102. O **Presidente da Câmara Municipal** esclarece que, apesar de o valor de 300 mil euros ser relevante, o balanço global é superior, sendo que apenas na área da educação o impacto financeiro ultrapassa esse montante, aproximando-se dos 500 mil euros, correspondendo apenas a uma das rubricas, o que considerou grave.
103. Referiu ainda que não existem garantias quanto à reversão destes valores.
104. Recorda a informação já partilhada com os partidos da oposição, nomeadamente em reunião do estatuto da oposição, bem como numa reunião com o Secretário de Estado da Administração Local, onde este assunto foi amplamente discutido.
105. Explicou que o agravamento do valor resulta, entre outros fatores, da progressão na carreira dos trabalhadores e do aumento das despesas com alimentação, sem que tal se reflita proporcionalmente nas transferências do Orçamento do Estado, defendendo a necessidade de correção dessa situação.
106. Reafirma que o município continuará a reivindicar esta matéria junto do Governo, independentemente da sua composição, em defesa da sustentabilidade financeira municipal, não existindo, contudo, qualquer garantia de que haja resposta positiva.
107. Relativamente ao endividamento, esclarece que os valores apresentados são indicativos, sendo que a previsão mais rigorosa será apontada para 2026, desejando que o endividamento final seja inferior ao previsto.
108. Refere que os processos de contratação de dívida, nomeadamente para obras de pavimentação, dependem de vários procedimentos formais e que os valores máximos previstos podem vir a ser inferiores após concurso público, o que dificulta uma previsão exata do nível de dívida no final do ano.
109. No âmbito da programação cultural, afirma que não se pretende alterar negativamente o que tem funcionado bem, mas antes melhorar sempre que possível, mantendo, no limite, as iniciativas existentes, designadamente as comemorações do 25 de Abril e do Dia da Cidade, remetendo explicações mais detalhadas para momento posterior.
110. Quanto ao planeamento urbanístico, manifesta concordância com a importância do plano de pormenor do parque desportivo, mas esclarece que, face às limitações orçamentais, não é possível acomodar mais instrumentos de ordenamento do território no presente ano, para além dos projetos já em curso.
111. Indicou que, em 2027, deverá ser considerado o plano de pormenor da ampliação do parque industrial e, posteriormente, o do parque desportivo, defendendo previamente a elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento do desporto, incluindo um diagnóstico atualizado das práticas e dos praticantes.
112. Reafirmou ainda a importância da construção de uma piscina de 25 metros, reconhecendo os constrangimentos financeiros existentes.
113. Relativamente ao parque de estacionamento da estação ferroviária, expressa concordância quanto à sua necessidade, explicando que existe um contrato de comodato com o Estado Central válido até 2033, sendo indispensável a sua prorrogação antes de qualquer investimento, pedido que já foi formalmente apresentado pelo município.



114. Foi igualmente referido que a expectativa de financiamento comunitário para este projeto deixou de existir, uma vez que a candidatura apresentada não tinha enquadramento adequado. Defendeu que o esforço financeiro não deve recair exclusivamente sobre o município, dado se tratar de uma infraestrutura de utilização partilhada.
115. Concluiu que existe intenção política de concretizar o parque de estacionamento da estação ferroviária, projeto comum às várias forças partidárias, mas que, de forma realista, não estão previstas verbas para a sua execução em 2026, sendo prioritário resolver previamente as questões do financiamento e do prazo do comodato.
116. A **Deputada Filipa Silva**, questiona se o montante de quatro milhões e meio de euros anuais, durante quatro anos, no âmbito da educação, corresponde a valores cujo financiamento ainda não se encontra definido.
117. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que as verbas em causa dizem respeito a 2027, não estando previstos esses valores para 2026. Relativamente ao projeto das escolas, explica que se trata de um investimento com impacto muito significativo no orçamento municipal. Estando previsto que, no primeiro semestre de 2026, os projetos estejam concluídos e prontos para candidatura, implicando um custo total estimado de 600 mil euros, incluindo a necessária revisão dos projetos para enquadramento nos avisos de financiamento. Caso os prazos se concretizem favoravelmente, prevê o lançamento do procedimento concursal no final de 2026, com início das obras em 2027.
118. Refere que o financiamento da construção das escolas é assegurado pelo Estado Central, tratando-se de verbas transferidas para o orçamento municipal, o que explica o aumento significativo da projeção da despesa entre 2026 e 2027.
119. Explica que, após a aprovação dos projetos, o Estado transfere de imediato o valor correspondente aos projetos, constituindo uma primeira tranche relevante, dado o elevado custo dos mesmos. Indicou que existem duas escolas, obrigando à apresentação de duas candidaturas distintas, prevendo-se uma duração mínima de dois anos por obra. Admitindo a execução sequencial das intervenções, estima-se um período total de quatro anos, com um investimento médio anual aproximado de 4,5 milhões de euros, podendo existir ajustamentos, de acordo com a execução.
120. A **Deputada Filipa Silva**, menciona que relativamente à proposta das demonstrações previsionais para 2026, foi referido que a mesma cumpre os requisitos formais e apresenta equilíbrio orçamental. Contudo, foram identificadas fragilidades, designadamente o elevado número de investimentos previstos sem financiamento definido, nomeadamente no Plano Plurianual de Investimentos, onde se encontram valores significativos nessa situação.
121. Face a este enquadramento e invocando o superior interesse do município, anuncia que não seria adotado um voto contra, optando-se pela abstenção, por se considerar uma posição responsável, coerente com o posicionamento assumido e adequada ao caráter provisório do documento.
122. Manifestada satisfação pela inclusão, entre as novas atividades previstas no orçamento de 2026, do projeto "Alma – 500 anos de História", constante do programa eleitoral do Partido Socialista e agora adotado pelo Executivo, assinalando o seu carácter comemorativo da instalação da primeira venda em Vendas Novas.
123. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que relativamente às verbas inscritas como "não definido", com o objetivo de clarificar o seu enquadramento.

JR
Sap

124. Explica que essas verbas correspondem, essencialmente, a investimentos a realizar com recurso a crédito ou a financiamentos ainda não formalmente aprovados, razão pela qual, por imposição legal e por critérios de transparência, não podem constar no orçamento definido enquanto não estiverem garantidos.
125. Refere que as verbas inscritas como “definidas” são aquelas que já se encontram vinculadas ao orçamento municipal. A título exemplificativo, foi indicado que parte do investimento previsto para pavimentações será executado através de empréstimo, só podendo transitar para o orçamento definido após a respetiva aprovação. O mesmo enquadramento foi aplicado a outros investimentos, designadamente projetos com financiamento europeu ainda não confirmado, como o Jardim das Piçarras, a renovação e ampliação das redes de esgotos, o loteamento de São Domingos Sávio e a reconversão de antigos balneários para habitação.
126. Salienta que, sempre que os financiamentos sejam garantidos, as respetivas verbas transitam automaticamente do “não definido” para o “definido”. Sublinhou que esta opção resulta de critérios técnicos e legais, não configurando uma decisão de natureza política.
127. Defende que o sentido de voto não deveria ser condicionado por uma questão técnica, reiterando a disponibilidade para aprofundar os esclarecimentos necessários.
128. Por fim, foi recordado que, no orçamento de 2025, o montante inscrito como “não definido” era superior ao previsto para 2026, tratando-se de um orçamento então elaborado pelo Partido Socialista.
129. O **Deputado Jorge Galveias**, manifesta a opinião de que o orçamento apresentado é excessivamente otimista, considerando que exigirá criatividade na sua execução para ultrapassar eventuais constrangimentos.
130. Foi ainda lamentada a situação financeira herdada do anterior executivo, entendendo, contudo, que se trata de matéria do passado.
131. Reconheceu a existência de transparência no orçamento apresentado e afirma que será acompanhado de forma atenta ao longo do período de execução, reservando o direito de apoiar ou criticar a sua concretização, conforme os resultados obtidos.
132. O **Deputado Tomás Marques**, manifesta reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais que apoiaram a elaboração do orçamento, salientando o esforço exigido para que o documento pudesse ser apresentado e votado dentro do prazo legal.
133. Refere tratar-se de um trabalho exaustivo, equilibrado e criativo, atendendo à escassez de recursos, destacando-se igualmente a transparência do orçamento e da explicação prestada pelo Presidente da Câmara, bem como a estratégia de comunicação adotada pelo Executivo, assente na explicitação clara das prioridades.
134. Considera adequada a expressão “orçamento possível” para caracterizar o documento, reconhecendo-se que a capacidade de investimento do município se encontra fortemente condicionada pelo cumprimento das suas funções básicas, o que lamenta, mas assumido como a realidade atual. Apesar dessas limitações, refere que o orçamento reflete as prioridades constantes do programa eleitoral do Executivo, com propostas nas áreas social, cultural, urbanismo e habitação a iniciarem desde o primeiro ano de mandato.
135. Observa que uma parte significativa do investimento municipal se destina a obras de manutenção que deveriam ter sido realizadas anteriormente, fruto do estado de degradação existente no concelho, considerando que a estratégia do Executivo passa

R
Spm

por resolver carências acumuladas para, de forma gradual, criar margem para investimentos futuros.

136. Por fim, foi expressa forte crítica à execução da Estratégia Local de Habitação no mandato anterior, referindo a baixa taxa de execução dos fundos atribuídos, nomeadamente no âmbito do PRR, o que obriga ao recurso a verbas do orçamento municipal para intervenções consideradas necessárias, situação que foi classificada como lamentável e imputada à responsabilidade do anterior executivo, sendo ainda mencionados outros projetos com execução considerada deficiente.
137. O **Presidente da Câmara Municipal**, agradece ao Deputado Jorge Galveias, e à CDU, pelos contributos enviados no âmbito do Estatuto da Oposição, esclarecendo que os mesmos não foram considerados no documento final.
138. Foi referido que, no caso do Partido CHEGA, a principal proposta incidia sobre a criação de um parque de estacionamento para veículos pesados, matéria com a qual o Executivo concorda em termos de princípio, embora ainda não exista localização nem modelo definidos, assumindo o compromisso de estudar a sua concretização, atendendo à relevância económica e à necessidade de ordenar o estacionamento desses veículos no concelho, sobretudo aos fins de semana.
139. Foi igualmente aproveitada a intervenção para agradecer ao Deputado Tomás Marques, estendendo o reconhecimento aos trabalhadores do município e às equipas técnicas que apoiaram a elaboração do orçamento, destacando o empenho e a dedicação demonstrados, que permitiram apresentar o documento em tempo considerado excecional, possibilitando, caso a Assembleia Municipal assim delibere, o início do ano de 2026 com o orçamento municipal aprovado.
140. A **Deputada Filipa Silva**, agradece os esclarecimentos prestados e a transparência demonstrada pelo Presidente da Câmara, reconhecendo que o orçamento apresentado resulta de uma recente vitória eleitoral.
141. Afirma o respeito pela vontade dos munícipes, sendo comunicado que não seria adotado um voto contra os documentos previsionais apresentados, optando pela abstenção relativamente às demonstrações previsionais para 2026.
142. Não mais havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado, por maioria**, com 10 votos a favor (9 do PSD e 1 do CH) e 7 abstenções (5 do PS e 2 da CDU), **aprovar as demonstrações previsionais do Município de Vendas Novas para 2026**.
143. O **Deputado Afonso Luz**, apresentou uma declaração de voto da Bancada da CDU proferindo:
144. "A CDU absteve-se na votação dos documentos previsionais para 2026, por entender que estes não dão resposta a muitas das questões que consideramos prioritárias para o Concelho e para as suas populações, mas na expectativa de que, aquando da integração do saldo de gerência de 2025, esta situação possa ser revista.
145. Compreendemos os condicionalismos existentes à gestão, como consequência do desastroso processo de Descentralização de Competências, implementado pelo PS, PSD e CDS, que atribui obrigações às autarquias sem lhes transferir os meios financeiros, humanos e materiais necessários à sua prossecução.
146. No entanto, pensamos existirem condições para assegurar algumas das questões que consideramos prioritárias, e de que, em devido tempo, demos conhecimento ao Executivo.

R
Sop

147. Designadamente, no que se refere ao Plano de Atividades, onde não constam, de forma evidente, as verbas necessárias às Comemorações do 25 de Abril e da elevação de Vendas Novas a cidade, assim como as programações do Auditório Municipal, da Biblioteca e das Noites de Verão.
148. Também no que respeita ao Plano de Investimentos, entendemos que, em 2026 se deveriam priorizar a alteração do Plano de Pormenor do Parque Desportivo, que incluísse uma piscina coberta de 25 metros, a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo, a construção de um Parque de Estacionamento junto à Estação Ferroviária, a construção de um telheiro na Escola Básica da Landeira e a reabilitação do Estaleiro da Freguesia da Landeira.
149. Apesar de tudo isto, como atrás referimos, aguardaremos a integração do saldo de gerência de 2025, por forma a tomarmos uma posição definitiva sobre estes documentos”.

3.º ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2026

150. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
151. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
152. O **Deputado José Leitão**, menciona que em relação ao mapa pessoal de 2026, foi referido que há poucas alterações face ao ano anterior, mantendo os mesmos erros, nomeadamente a não inclusão da carreira de técnica auxiliar de saúde para os assistentes operacionais que prestam serviços no Centro de Saúde e desempenham funções para além das atribuídas aos assistentes operacionais.
153. Reconheceu o trabalho desses profissionais e considerou justa a sua valorização, mesmo não havendo transferência das verbas correspondentes por parte do Ministério e do Governo.
154. Refere que o mapa pessoal de 2026 não identifica os trabalhadores com direito ao suplemento de penosidade e insalubridade, nos termos do Decreto-Lei n.º 93/2021, repetindo a falha do ano anterior.
155. Observou uma pequena divergência no número total de postos de trabalho, previsto em 30, mas que efetivamente são 31.
156. Menciona que independentemente da alteração orgânica prevista pelo atual Executivo, não se registam mudanças significativas nos técnicos exigentes, mantendo a tendência de aumento do número de técnicos superiores (31 em 2024, 35 em 2025 e 40 em 2026) e do número de coordenadores em mais um lugar. Os assistentes técnicos aumentam em seis, enquanto os lugares reservados e a preencher reduzem em quatro. O lugar vago de encarregado operacional não foi preenchido e os assistentes operacionais passam de 190 em 2024 para 178 em 2026, comprometendo a execução das funções.
157. Considerou ainda que, com as futuras reformas de trabalhadores sem informação disponível, a situação poderá agravar-se. Tendo em conta ser o primeiro ano de mandato do atual Executivo e a reestruturação orgânica prevista, a CDU decidiu abster-se, mantendo, contudo, as críticas já expressas no ano anterior.
158. O **Presidente da Câmara Municipal**, agradeceu os comentários da Bancada da CDU e esclarece que, embora não exista obrigatoriedade de registo sobre a aplicabilidade



do subsídio de penosidade e insalubridade, este está a ser aplicado regularmente aos trabalhadores que cumprem os critérios definidos pela Câmara Municipal.

159. Reconheceu a existência de reivindicações para inclusão de outros trabalhadores no subsídio, mencionando que o tema foi debatido em reunião com o sindicato e continuará a ser avaliado ao longo do ano.
160. Foi sublinhada a importância dos trabalhadores para o funcionamento do município, referindo-se ainda a decisão do Executivo de aplicar a faculdade de opções gestionárias para permitir progressão mais acelerada de parte dos trabalhadores, medida que tem impacto no orçamento municipal.
161. Relativamente ao cargo de encarregado operacional, informa que o lugar já foi preenchido, resolvendo a situação anteriormente pendente.
162. O Executivo manifestou intenção de reforçar o número de trabalhadores e substituir algumas prestações de serviços externas por pessoal municipal, nomeadamente na área da saúde, incluindo assistentes operacionais responsáveis pela limpeza do Centro de Saúde, garantindo que, no final do contrato atual, os trabalhadores municipais estarão preparados para assumir as funções. Este procedimento será replicado noutras áreas sempre que possível, prevendo-se que ajustes adicionais sejam feitos no mapa de pessoal durante a revisão da estrutura orgânica do município.
163. O **Deputado José Leitão**, agradeceu o esclarecimento sobre a aplicação da opção gestionária, confirmando o compromisso assumido em reunião de Câmara, e congratulou-se com essa posição.
164. Em relação ao SPI - Suplemento de Penosidade e Insalubridade, observou que, embora a lei determine a obrigatoriedade do registo e pagamento diário aos trabalhadores que desempenham funções específicas, em municípios de menor dimensão muitos trabalhadores acumulam tarefas que se enquadram no SPI e outras que não se enquadram, criando uma incongruência na inclusão deste subsídio no mapa pessoal. Ressaltou que, apesar da situação prática, a legislação obriga à sua aplicação, motivo pelo qual a questão foi reiterada.
165. Não mais havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado, por maioria**, com 14 votos a favor (9 do PSD e 5 do PS) e 3 abstenções (2 da CDU e 1 do CH), **aprovar a proposta de Mapa de Pessoal para 2026**.
166. A **Deputada Cristina Saiote Rodrigues**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PS proferindo: "Ora, portanto, temos algumas dúvidas que já foram oportunamente levantadas relativamente a alguns lugares a preencher, mantemos a posição coincidente com a anterior votação sobre o mapa pessoal que foi favorável".
167. O **Deputado José Leitão**, apresentou uma declaração de voto da Bancada da CDU proferindo: "Só dizer que a bancada da CDU absteve-se de terem atenção que estamos no primeiro ano de mandato do atual Executivo, porque em condições normais iríamos votar contra a imagem como tínhamos feito o ano passado com o anterior executivo".

4.º ponto – Proposta de Adenda ao Contrato de transferência de competências e Auto de transferência de recursos entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Vendas Novas

168. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.

169. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
170. O **Deputado José Leitão**, assinala que, no Quadro do Anexo 1, existem dois pontos 2, relativos aos assistentes operacionais e ao encarregado operacional.
171. Observou uma redução das verbas destinadas à aquisição de serviços especializados e questionou a razão dessa diminuição. Foi também referido que, relativamente aos encargos de manutenção de equipamentos, não há verba prevista para aquisição de equipamentos no presente ano, solicitando esclarecimento sobre este ponto.
172. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que as verbas foram revistas tendo em conta o grau de execução de 2025, com uma ligeira majoração para 2026, de forma a evitar a transferência de verbas que teriam de ser devolvidas no final do ano, tratando-se de um ajuste financeiro.
173. Relativamente à aquisição de equipamentos, informou que, após discussão com a Junta de Freguesia, não há previsão de compras para o ano em curso. Caso surjam necessidades, a verba será reforçada, assegurando o cumprimento integral do contrato e a resposta às solicitações da Junta de Freguesia.
174. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado, por maioria**, com 11 votos a favor (9 do PSD e 2 da CDU) e 6 abstenções (5 do PS e 1 do CH), **aprovar a proposta de adenda ao contrato de transferência de competências e auto de transferência de recursos entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Vendas Novas**.
175. A **Deputada Maria Clara Pereira**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PS proferindo: "O PSD apresentou exatamente os mesmos meios para a junta de exercer as competências que o PS tinha no executivo anterior. Meios esses que até então eram sistematicamente apontados como insuficientes. O que antes era inaceitável passou por conveniência política a ser suficiente. Atendendo à ausência de qualquer reforço de meios, sempre exigido pelo PSD, enquanto estava na oposição, torna-se evidente a falta de coerência entre aquilo que se defendia e aquilo que hoje se pratica. Dai o nosso voto de ter sido abstenção".
176. O **Deputado Tomás Marques**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PSD proferindo: "A bancada do Partido Social Democrata votou favoravelmente esta proposta de adenda ao contrato de transferência porque, visto que o Presidente da Junta tem 60 dias de mandato exercido, entendemos que neste momento é preciso arrumar a casa, ter um ano de valorização dos trabalhadores e municiar a Junta de Freguesia do que entendemos necessário para que no próximo ano seja possível cumprir com o que foi prometido aos Vendasnovenses, que é aumentar o número de competências transferidas para a junta.

5.º ponto – Proposta de Adenda ao Contrato de transferência de competências e Auto de transferência de recursos entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Landeira

177. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
178. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
179. O **Deputado José Leitão**, questiona o decréscimo significativo na verba destinada à aquisição de bens e serviços no contrato da junta de freguesia, reduzida de 19 mil euros para 12 mil euros, solicitando esclarecimento sobre a razão dessa redução.

180. Aponta a ausência de atualização das verbas para fardamento e formação, considerando que despesas como fardamento podem surgir em anos em que não houve necessidade de aquisição, e questionou se a verba não deveria ser calculada tendo em conta a taxa de inflação.
181. O **Presidente da Câmara Municipal**, explicou que as verbas para fardamento e formação foram definidas com base na execução de 2025, mantendo os valores de mil euros e 500 euros, respetivamente, considerando a experiência de anos anteriores e o número reduzido de beneficiários.
182. Relativamente à redução na aquisição de bens e serviços, esclareceu que decorre da exclusão de um conjunto de atividades que não estavam enquadradas na transferência de competências, sendo necessário um novo protocolo entre o município e a junta de freguesia para estas atividades.
183. O **Membro José Leitão**, solicita ao Executivo que informe quais são as atividades que ficaram excluídas da verba de aquisição de bens e serviços e que exigem a celebração de um novo protocolo entre o município e a junta de freguesia.
184. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que as atividades excluídas da verba de aquisição de bens e serviços correspondem ao pagamento de tarefas da enfermeira e da professora de dança da junta de freguesia, que não estão englobadas no protocolo de transferência de competências.
185. Referiu que será necessário elaborar um protocolo específico para estas funções, não podendo ser incluídas no abrigo da transferência de competências por se tratarem de atividades muito específicas, conforme estipula a lei.
186. A **Deputada Maria Clara Pereira**, menciona que a Bancada do PS informou que o sentido de voto será a abstenção, considerando que a alteração se baseia nos aumentos salariais previstos na lei e que se verifica uma diminuição na aquisição de bens e serviços. Foi referido que, na ausência de reforço de meios, a posição será a abstenção.
187. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que a redução da verba de aquisição de bens e serviços deve-se a tarefas que não estão abrangidas pelo protocolo de transferência de competências e que exigem um protocolo específico.
188. Menciona que foi acordado que este protocolo permitirá à junta de freguesia continuar a prestar o serviço à comunidade.
189. Destacou ainda o aumento significativo das verbas referentes a encargos administrativos, com a Câmara Municipal a assumir 3500 euros dos cerca de 5 mil euros anuais da junta de freguesia.
190. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 9 votos a favor (PSD) e 8 abstenções (5 do PS, 2 da CDU e 1 do CH), **aprovar a proposta de adenda ao Contrato de Transferência de Competências e Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Landeira**.

6.º ponto – Proposta de alteração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Landeira

191. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.



192. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
193. O **Deputado José Leitão**, questiona sobre a cláusula 8, relativa ao transporte de estudantes do 1.º ciclo residentes em Nicolaus, com a revogação dos pontos 3 e 4 que tratavam da cobrança de refeições escolares e passes escolares. Solicitou esclarecimento sobre a forma como será feita a cobrança e quem será responsável por essa gestão.
194. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que os pontos revogados não tinham enquadramento nem aplicação prática no momento e foram retirados por essa razão. Foi salientado que poderiam ter permanecido, mas não teriam qualquer efeito.
195. O **Deputado José Leitão**, menciona que não percebe porque a junta não pode continuar a desempenhar essas tarefas referidas no ponto 3 e 4.
196. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarecendo que o ponto 3 foi revogado porque o pagamento das refeições passou a ser realizado por pré-recarregamento, através de uma aplicação móvel, tornando obsoleta a cobrança presencial anteriormente prevista. O ponto 4 foi revogado porque os passes escolares passaram a ser gratuitos, não sendo mais necessária a previsão de comparticipação. Ambos os pontos foram revogados por não terem aplicação prática.
197. A **Deputada Filipa Silva**, referiu que, tratando-se de funções que a freguesia pode desempenhar de forma mais eficiente e com maior proximidade, a Bancada votará sempre favoravelmente.
198. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 16 votos a favor (9 do PSD, 5 do PS e 2 da CDU) e 1 abstenções (CH), **aprovar a proposta de alteração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Landeira**.

7.º ponto – Proposta de Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas no Agrupamento de Escolas de Vendas Novas e Acordo de Colaboração para o Ano Letivo 2025-2026

199. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
200. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
201. O **Deputado José Leitão**, referiu que, ao analisar o protocolo, se concluiu que este ano há um aumento no número de crianças beneficiárias da Ação Social Escolar.
202. Menciona que, na cláusula décima, estão incluídos os projetos "Presidente Jovem" e "Academia de Líderes Ubuntu", bem como as atividades do Carnaval e do Dia Mundial da Criança; no entanto, os custos destes dois novos projetos não estão contabilizados.
203. Na cláusula décima terceira, observa uma redução de 10000 euros no contrato de fornecimento de serviços externos, refletindo o custo do projeto Ubuntu de 10800 euros.
204. Na cláusula décima sétima, há um lapso relativo ao anexo quinto, que deveria indicar o número de crianças por escalão.

R
Sopms

205. Na cláusula décima oitava, constam referências à minuta aprovada em reunião de Câmara Municipal de 23 de dezembro de 2024, também com um lapso.
206. Refere que transferência de verbas para o agrupamento mantém-se igual, com 12000 euros destinados à conservação, manutenção e pequenas reparações dos espaços exteriores. Quanto aos consumíveis, mantém-se a média de fotocópias e o número de tinteiros, distinguindo preto e branco de colorido.
207. No anexo quinto, constata-se que o número de alunos do 1.º ciclo aumentou de 351 para 382; os alunos do escalão A passaram de 39 para 61 e do escalão B de 57 para 71, totalizando 132 alunos com apoio da Ação Social Escolar, face aos 96 do ano anterior.
208. Assinalou que, embora seja positivo o aumento do apoio às crianças, é também preocupante o crescimento deste número, indicando um aumento das situações de pobreza no concelho.
209. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, reconheceu que a evolução crescente dos beneficiários da Ação Social Escolar é um tema preocupante e que exige atenção às responsabilidades municipais, comprometendo-se a trabalhar nesse sentido.
210. Quanto aos documentos apresentados, foram identificados lapsos de redação que serão corrigidos. Destacou que, exceto o Programa de Artes Musicais, os projetos listados são promovidos diretamente pelo município, razão pela qual algumas verbas não constam no contrato.
211. O Projeto Ubuntu termina, enquanto o Projeto Presidente Jovem continua, mas agora promovido pelo agrupamento de escolas, no âmbito do programa do Ministério da Educação, uma vez que o programa municipal não teve candidatura.
212. A redução da verba do Projeto Ubuntu decorre da identificação pelo agrupamento de escolas de uma duplicação de financiamento, que consideraram superior às suas necessidades. A diminuição foi acordada entre as partes para permitir a utilização da verba em outras áreas municipais, incluindo futuras iniciativas na área da educação.
213. A **Deputada Cristina Saiote Rodrigues**, mencionando que considerando que os órgãos do Agrupamento de Escolas de Vendas Novas têm vindo a desenvolver as competências cuja descentralização tem decorrido de forma eficiente, com qualidade de gestão e de educação reconhecida por toda a comunidade educativa, manifesta a intenção de voto favorável.
214. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado, por unanimidade, aprovar o contrato de delegação de competências do Município de Vendas Novas no Agrupamento de Escolas e acordo de colaboração para o Ano Letivo 2025-2026.**

8.º ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.

215. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
216. O **Presidente da Câmara Municipal**, informou a Assembleia que, face à informação disponibilizada, se encontra à disposição para prestar esclarecimentos aos senhores deputados.
217. O **Deputado José Leitão**, referiu que, na análise à informação prestada, identificaram dois novos processos jurídicos envolvendo a Câmara Municipal. O primeiro processo é

X
Silva

movido pela empresa MIPEOILS, envolvendo uma questão relacionada com a intervenção do município na ligação de coletores de águas residuais. O segundo processo, movido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que refere uma contraordenação ambiental muito grave, por alegada descarga indevida de águas residuais ou para o solo, sem mecanismos de tratamento, podendo resultar em coimas entre 240 mil e 500 mil euros, por dolo.

218. Questiona o motivo da abertura deste processo e solicitou esclarecimentos adicionais sobre o mesmo.
219. Coloca três questões: se existem intervenções previstas para o mercado municipal, nomeadamente obras para evitar infiltrações de água no interior; a situação do Centro de Saúde, que continua sem serviço de segurança, devido à não transferência de verbas pelo Governo, e se alguma medida foi tomada; e solicita detalhes sobre os projetos em curso com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, mencionados na reunião de Câmara de 10 de dezembro, conforme reunião realizada no dia 9 de dezembro.
220. O **Presidente da Câmara Municipal**, explicou que, do ponto de vista jurídico, existem questões que não podem ser detalhadas em reunião pública, mas confirmou que o processo com a MIPEOILS (antiga Extra Oils) está relacionado com o encerramento do coletor doméstico decidido no mandato anterior. Já o processo da APA refere-se a descargas das estações elevatórias e está em curso; sobre isso, mais da metade das bombas já foi substituída, e há um plano para substituir as restantes, com implicações financeiras e coordenação entre a AGDA e os municípios.
221. Em relação ao Mercado Municipal, pediu a atualização de um orçamento antigo para a intervenção na "clara boia", que é o principal ponto de entrada de água. O valor é elevado, mas parece necessária a execução.
222. Sobre a segurança no Centro de Saúde, menciona que teve uma reunião com o Presidente da USAC e envio de ofício. Pretendendo voltar a tratar do assunto no primeiro trimestre do próximo ano, com o compromisso de implementação da segurança.
223. Por fim, quanto aos projetos com os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, menciona que a reunião visou uma candidatura conjunta da CIMAC para aquisição de veículos. Para Vendas Novas, será uma VFCI (Veículo de Combate a Incêndios Florestais), com o município a pagar 15% do valor, sendo o restante assegurado pela candidatura comunitária.
224. Tendo sido colocado à votação o prolongamento de 30 minutos do Período da Ordem do Dia, da sessão ordinária da Assembleia Municipal, o mesmo foi **aprovado**, por **unanimidade**.
225. O **Deputado Paulo Campino**, levanta uma questão sobre o Centro de Saúde de Vendas Novas, tendo sido referido que, no dia 24 de dezembro, não havia médico de serviço na Urgência. Perguntou-se o motivo desta situação e se o Executivo tinha contactado a USAC para esclarecimentos, bem como qual a resposta obtida.
226. O **Presidente da Câmara Municipal**, menciona que foi informado que, em contacto com o Presidente da USAC, Dr. Carlos Mateus Gomes, no dia anterior ao ocorrido, a situação de ausência de médico de serviço deveu-se ao incumprimento do contrato do prestador de serviços com a USAC. Este problema já havia ocorrido em anos anteriores. A USAC lamentou a ocorrência e comprometeu-se a rever os procedimentos para evitar situações semelhantes no futuro, sobretudo em períodos festivos.

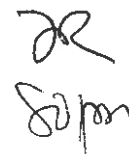


227. O **Deputado Paulo Campino**, acrescenta que se espera que a ausência de médico não volte a ocorrer em períodos críticos, como a Passagem de Ano.
228. Questionou ainda se, na visita do Ministro a Vendas Novas, o Presidente teve oportunidade de abordar a situação das carruagens e o reforço de meios para permitir ao município reservar e adquirir lugares de transporte de forma mais rápida e eficiente.
229. O **Presidente da Câmara Municipal**, referido que, na sequência da sessão pública de assinatura do contrato da linha de Vendas Novas, houve uma reunião privada no Salão Nobre do Município, na qual foi colocada a questão da falta de material circulante e da insuficiência de carruagens, situação que penaliza a comunidade local. A necessidade de reforço de carruagens e de outras medidas foi reiterada, mas a resposta obtida não constituiu um compromisso nem uma solução imediata.
230. O **Deputado Paulo Campino**, menciona que, durante o Mercadinho de Natal de Landeira, houve problemas com o transporte de mesas por parte da Câmara Municipal. Embora compreensível a limitação causada pelo jantar do município na sexta-feira, não foi justificado que, na segunda-feira seguinte, a Câmara não tivesse recolhido o material, obrigando a Junta de Freguesia a recorrer novamente à boa vontade de terceiros para assegurar o transporte.
231. Questiona se a sugestão de utilizar uma carrinha de nove lugares, rebatendo os bancos, passará a ser a prática padrão do município em situações semelhantes.
232. O **Presidente da Câmara Municipal**, refere que há um paradigma nos serviços prestados pela Câmara Municipal a entidades externas que precisa de ser alterado, uma vez que continuar com os métodos do passado impede o município de cumprir adequadamente as suas funções. Por isso, alguns procedimentos e processos terão de ser revistos para garantir que as prioridades internas sejam cumpridas antes de se atender a serviços externos.
233. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, explica que, durante o período de Natal, a Câmara Municipal recebe diversas solicitações simultâneas. No dia do jantar de Natal da Câmara, não foi possível atender todos os pedidos de transporte de mesas e cadeiras, incluindo o da Junta de Freguesia de Landeira, devido à limitação operacional. A situação foi comunicada à Presidente da Junta, sendo destacado que a mesma equipa que realiza o transporte e montagem de estruturas logísticas também é responsável por serviços essenciais, como manutenção de estradas.
234. Reforçou que a prioridade é resolver problemas que afetam diretamente a comunidade, embora, sempre que houver capacidade operacional, também atenda solicitações de associações e entidades externas. Foi lamentada a tentativa de politizar a situação, garantindo que a Junta de Freguesia de Landeira é tratada em igualdade de condições com outros requerentes.
235. O **Deputado Paulo Campino**, esclarece que não se trata de jogo político, lembrando que a Junta de Freguesia de Landeira é uma entidade do próprio Conselho de Vendas Novas, e não uma entidade privada. Foi reforçado que a posição seria a mesma independentemente da cor política da junta.
236. Salientou-se que o Mercadinho de Natal é uma atividade recorrente e previsível, e que a Câmara Municipal poderia antecipar e planear melhor os recursos necessários para apoiar essas iniciativas, conciliando-as com os serviços essenciais que a equipa municipal deve executar.

Handwritten signatures: "JR" and "Sipm"

237. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que a cooperação com a Junta de Freguesia de Landeira tem sido efetiva, consubstanciada no contrato interadministrativo de transferência de competências, mantendo compromissos assumidos por anteriores executivos, mas agora de forma correta do ponto de vista formal.
238. Destaca que a Câmara Municipal garante que serviços como a enfermeira e aulas de ginástica são financiados pelo município, reafirmando que não há abandono nem clivagem institucional com a junta, sendo as responsabilidades de cada entidade distintas.
239. Ressaltou que o município tem estado tempo excessivo sem cumprir plenamente a sua missão de servir a população e garantir condições mínimas de funcionamento das infraestruturas públicas. Em consequência, será necessário priorizar recursos, podendo haver situações em que atividades lúdicas ou de associações sejam adiadas ou suspensas para atender a necessidades essenciais, como manutenção de estradas ou do Centro de Saúde.
240. Foi enfatizado que estas decisões são opções políticas transparentes e responsáveis, tomadas para assegurar que o município cumpra com as suas funções básicas e reduza os problemas existentes em Vendas Novas, sem jogos ocultos ou favorecimentos.
241. O **Membro Paulo Campino**, esclarece que a referência a jogo político não partiu da sua parte, mas sim de uma interpretação feita pelo Presidente e Vereador, sem que houvesse qualquer intenção nesse sentido.
242. Quanto à gestão do município, salienta que a saúde é reconhecida como prioridade, mas que utilizar situações de manutenção ou intervenção como justificativa para falhas de gestão constitui um "jogo baixo".
243. Ressaltou que a administração municipal exige multitasking, ou seja, gerir várias tarefas simultaneamente, equilibrando prioridades e recursos de forma eficiente.
244. Por fim, questiona sobre a capacidade de resposta caso a Junta de Freguesia de Landeira não tivesse disponível os dois veículos utilizados em determinado serviço, apontando a necessidade de gerir limitações operacionais com previsibilidade e organização.
245. Foi colocado um ponto sobre a eventual indisponibilidade de veículos da Junta de Freguesia de Landeira para o transporte de mesas e cadeiras. Questionou o que ocorreria com a atividade agendada para segunda-feira às 15h caso não houvesse veículos disponíveis e se seria atribuída à Junta a responsabilidade pelo problema.
246. Foi esclarecido que a Junta não solicitou qualquer serviço de montagem; quando recolheu as mesas, estas ainda estavam no jantar de Natal, tendo sido necessário desmontá-las antes de carregar para transporte.
247. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, refere que a Câmara Municipal deve ter capacidade para gerir várias tarefas simultaneamente, mas estabelecendo prioridades claras, de modo a não deixar de resolver problemas da comunidade em favor de tarefas logísticas que não sejam prioritárias.
248. Foi mencionado que houve preocupações sobre a entrega de material logístico para o Mercadinho de Natal da Landeira, incluindo tendas, iluminação e mesas, e que, num pedido adicional, não havia capacidade de transporte devido a outras atividades do município e pedidos de coletividades.

249. Foi sublinhado que a Câmara continuará a colaborar com a Junta de Freguesia de Landeira sempre que possível, incluindo na execução de projetos importantes para a freguesia, e que ações corretivas, como aplicação de massas frias, já foram feitas para resolver problemas herdados de governos anteriores.
250. O **Membro Afonso Luz**, coloca várias questões, referentes a diferentes áreas de atuação do município: no Chafariz, questionou a quem compete o controlo da água e por que razão a mesma não é monitorizada, sugerindo a colocação de placa informativa sobre a potabilidade da água; sobre a empresa MIPEOILS, solicitou informação sobre a situação atual relativamente ao alegado tratamento e deposição ilegal de resíduos; relativamente ao orçamento de 2026, questionou sobre o recurso a crédito para concretização de investimentos estruturais e o montante previsto; questionou sobre as empreitadas de reparação de passeios e pavimentação no perímetro urbano, nomeadamente se já estão definidas as ruas a intervir; sobre aproveitamento de águas pluviais, pediu esclarecimento sobre as soluções inovadoras previstas.
251. Quanto à substituição das redes de abastecimento de água, questionou sobre as ruas já identificadas para intervenção e por fim, sobre o projeto do Centro de Artes Criativas, Tecnológicas e Urbanas, solicitou informação sobre os custos de implementação e funcionamento da nova estrutura.
252. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que relativamente à água do Chafariz compete ao município o controlo da qualidade da água. Menciona que foram realizadas análises que identificaram água imprópria para consumo, mas atualmente não há monitorização regular, recomendando-se não consumir a água, apesar da ausência de controlo contínuo.
253. Relativamente à empresa MIPEOILS, esclarece que o processo decorre por via jurídica e não diretamente no município. A Câmara recebeu representantes da empresa, que manifestaram intenção de corrigir procedimentos, mas não foi possível adiantar mais informações.
254. Sobre o endividamento para 2026, esclareceu-se que os 2,6 milhões de euros previstos incluem fundos comunitários e empréstimos. A parte financiada por endividamento destina-se a aquisição de veículos, loteamentos e pavimentações, estimando-se um acréscimo líquido à dívida de cerca de 1,4 milhões de euros, considerando a amortização anual de 400 a 500 mil euros.
255. Em relação às intervenções em passeios, menciona que estão previstas obras no loteamento das Piçarras, Landeira (envolvente da escola primária) e área entre o campo de futebol e bombeiros. Pequenas reparações de buracos já estão em execução.
256. Quanto às pavimentações, refere que os projetos abrangem o Bairro António Sérgio, Rua do Bocage, Rua Almada Negreiros, Bairro Joaquim Domingos, Rua Estevão de Almeida, Afeiteira e Rua José Barneto, tendo algumas intervenções sido adiadas por limitações orçamentais e aumento de custos. A prioridade recai sobre as áreas mais críticas e com maior impacto na circulação e infraestrutura urbana.
257. Sobre águas pluviais e redes de abastecimento, menciona que o município dispõe de verbas de fundos comunitários (cerca de 1,5 milhões de euros) para desenvolver projetos em 2026, a executar em 2027. Tendo sido identificados pontos críticos, como nos Campos da Rainha, onde coletores insuficientes causam transbordamentos.
258. Em relação ao Centro de Artes Criativas, Tecnológicas e Urbanas (CACTO), o orçamento prevê três etapas para 2026, com foco no layout e edifício principal. Prevê-se também prorrogar contratos de utilização de infraestruturas para ampliar o horizonte de financiamento e diluir o investimento. Parte das verbas de fundos comunitários será alocada ao centro sociocultural, cuja degradação exige intervenção urgente.



259. Tendo sido colocado à votação o prolongamento de 30 minutos do Período da Ordem do Dia, da sessão ordinária da Assembleia Municipal, o mesmo foi **aprovado**, por **unanimidade**.
260. O **Deputado Afonso Luz**, questionou novamente sobre o Chafariz, querendo saber se a água passará a ser controlada ou se será colocada uma placa indicando expressamente que não é própria para consumo.
261. Relativamente à empresa Extra Oils, solicitou esclarecimento sobre se os serviços da Câmara Municipal realizam monitorização dos resíduos produzidos e da forma como são depositados.
262. Por fim, agradeceu que, se possível, fossem fornecidos detalhes adicionais sobre a reparação de passeios e a pavimentação do perímetro urbano da cidade.
263. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que relativamente ao Chafariz, a Câmara Municipal não fará monitorização da água, presumindo que se mantém imprópria para consumo. A Junta de Freguesia havia colocado uma placa indicando que a água não é própria para consumo, mas esta foi vandalizada, sendo necessário repô-la oportunamente.
264. Quanto à empresa Extra Oils, esclarece que atualmente não existe monitorização do sistema de descargas, tanto industrial quanto doméstico, pois ambos estão encerrados. Caso venham a ser abertos por imposição legal, haverá a necessidade de implementar monitorização.
265. Menciona que o Orçamento Municipal prevê verbas para a instalação de um sistema de monitorização remoto no parque industrial, não exclusivo a esta unidade, visando maior controlo das descargas e intervenção dos serviços sempre que houver irregularidades.
266. A **Deputada Filipa Silva**, solicitou que as informações detalhadas sobre a reparação de passeios e pavimentações fossem disponibilizadas.
267. O **Presidente da Câmara Municipal**, respondeu que essas informações poderiam ser enviadas à Assembleia Municipal e distribuídas a todas as Bancadas, garantindo que todos tivessem acesso aos detalhes.
268. O **Deputado Paulo Campino**, levantou uma dúvida sobre o coletor da Extra Oils se ainda se encontra fechado. Foi confirmado que sim, e que a eventual abertura do coletor só poderá ocorrer por decisão judicial.
269. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que o coletor está encerrado e que a sua abertura só poderá ocorrer por decisão do tribunal ou por liberação da Câmara Municipal. Até ao momento, não há qualquer motivo para reabrir o coletor, mas se surgir alguma necessidade, a situação será avaliada oportunamente.
270. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

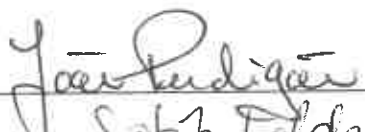
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

271. O **Munícipe João Salgueiro**, morador da Avenida Marechal Caraveiro Lopes, e iniciou a sua intervenção referindo incongruências decorrentes das alterações estruturais realizadas na sua avenida há cerca de um ano e meio.

272. O morador destacou problemas relacionados com o estacionamento, circulação e travessia da via, bem como a velocidade das viaturas. Mencionou que a saída de veículos é dificultada pelo posicionamento de canteiros e que a avenida estreitada representa risco para os peões.
273. Referiu ainda a escassez de estacionamento e o não uso de uma vaga destinada a pessoas com deficiência.
274. Questionou se estão previstos ajustamentos para corrigir estas incongruências, de forma a melhorar a segurança, a circulação e a acessibilidade na avenida, considerando os constrangimentos orçamentais existentes.
275. O **Presidente da Câmara Municipal**, agradeceu a intervenção do Sr. João Salgueiro, salientando conhecer bem os constrangimentos na Avenida Marechal Caraveiro Lopes, uma vez que convive diariamente com um morador dessa via.
276. Referiu que, por se tratar de uma obra recente realizada com fundos europeus, a capacidade de efetuar alterações significativas é limitada, devido a prazos e condicionamentos legais.
277. Indicou que poderão ser avaliadas medidas de acalmia de tráfego, como a instalação de limitadores de velocidade, desde que não descaracterizem a via. Acrescentou que algumas intervenções, previstas em projetos anteriores, poderão contribuir para melhorar a circulação e o estacionamento, nomeadamente com alterações de sentidos de algumas vias perpendiculares e paralelas à Avenida, permitindo acomodar mais veículos.
278. Sobre os estacionamentos para pessoas com mobilidade reduzida, explicou que uma vaga foi adaptada por necessidade concreta, enquanto outras existem por imposição legal quanto à proporção de vagas obrigatórias.
279. Reafirmou o compromisso de ajustar os lugares de estacionamento sempre que houver necessidade individual, respeitando, contudo, a proteção do investimento recente com fundos comunitários.
280. Concluiu que as medidas serão avaliadas ao longo de 2026, com a ressalva de não descaracterizar a Avenida Marechal Caraveiro Lopes.
281. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada**, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a **Presidente da Assembleia Municipal** dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 55 minutos do dia 30 de dezembro de 2025.

O Presidente da Assembleia

A 1.ª Secretária da Assembleia




ANEXOS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Moção de Louvor: O ALENTEJO VENCEU! VENDAS NOVAS VENCEU!

Louvor à aprovação, na Assembleia da República, da Proposta do PS que Isenta a A6 do Pagamento de Portagens em 2026

A mobilidade é hoje um vetor fundamental e estruturante para a vida de pessoas, de empresas e de serviços. No Alentejo, as autoestradas A2 e A6 constituem eixos estruturantes de ligação interna à região, garantindo uma mobilidade rápida, segura, mas neste momento inalcançável para muitos pelo custo associado às suas portagens.

O Concelho de Vendas Novas, pela sua localização estratégica, depende fortemente da autoestrada para assegurar o acesso rápido aos principais centros urbanos, potenciar a atividade económica, atrair investimento e fixar população.

Os custos com portagens nestas autoestradas representam um encargo significativo para as populações, empresas e agentes económicos da região, prejudicando a competitividade local e penalizando a mobilidade quotidiana.

A eliminação ou significativa redução das portagens é amplamente reconhecida como um instrumento de coesão territorial, alinhado com políticas públicas que promovem a redução das assimetrias regionais e incentivam a fixação de pessoas e empresas no interior.

É reconhecido que o Alentejo não tem a quantidade e qualidade de transportes públicos das regiões do litoral, e que, por esse motivo tem um custo com a interioridade que afeta a vida das pessoas e provoca reduções de competitividade nas empresas.

A verdade é que, todas as regiões do interior do país já beneficiam de medidas de isenção de portagens com impacto positivo na dinamização económica, no desenvolvimento social e no reforço da acessibilidade - como foi o caso da abolição das portagens nas ex-SCTUS no Orçamento de Estado para 2025.

O Alentejo é, neste momento, a única região do interior de Portugal que ainda paga portagens. Este facto, só por si, é gerador de desigualdades e uma profunda injustiça para com todos os Alentejanos.

Neste sentido, a aprovação, pela Assembleia da República, de isentar de portagens as autoestradas A2 e A6 para todos os residentes (cidadãos e empresas) terá, indiscutivelmente, um impacto especialmente relevante para o Concelho de Vendas Novas e para todo o Alentejo, contribuindo para melhorar a mobilidade, atrair investimento e apoiar o desenvolvimento económico, representando um avanço no reforço da coesão territorial.



Esta medida aliviará os encargos das famílias, dos trabalhadores e das empresas locais, aumentando a competitividade das atividades económicas e reforçando a atratividade do território.

Em todo este processo, a bancada do Partido Socialista na Assembleia da República, nomeadamente os deputados eleitos pelo Alentejo, tiveram um papel determinante preparando no último ano e meio esta proposta, cuja aprovação ocorreu em sede de alteração ao Orçamento de Estado para 2026.

Este trabalho, bem como a aprovação desta medida por uma ampla maioria de partidos da Assembleia da República, demonstra reconhecimento pelos alentejanos, mas também um compromisso real com políticas públicas que promovem o desenvolvimento equilibrado do país, reduzem assimetrias entre o interior e o litoral, promovem uma discriminação positiva – tratando como igual, o que é igual, e como diferente, o que é diferente.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 29 de dezembro de 2025, louva e reconhece a importância desta conquista alcançada a bem de Vendas Novas, dos nossos Municípios e empresas, mas também da nossa região, que vai permitir que a partir de abril, deixemos de pagar portagens na A6 entre a Marateca e o Caia.

Que a presente moção seja enviada à comunicação social local e regional, para publicação, ao Governo Português, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e aos demais órgãos autárquicos de Vendas Novas.

Vendas Novas, 29 de dezembro de 2025

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas



MOÇÃO

Pelo Acesso às Publicações Periódicas em Todo o País

Confrontados com a informação que a empresa que faz a distribuição das publicações periódicas no País o irá deixar de fazer em oito distritos, a saber Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Viseu, Vila Real e Bragança;

Considerando que de há muitos anos a esta parte grande parte do crescimento económico é centrado no litoral entre a Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, agudizando assim as assimetrias regionais entre interior e litoral;

Considerando que, apesar da existência de Ministérios ao longo dos diversos Governos destinados à coesão e desenvolvimento regional, as assimetrias têm-se agudizado;

Considerando que esta situação de desigualdade entre territórios e populações no acesso a publicações periódicas, conduziria à privação do direito de informação e aprofundaria seriamente a perda de coesão;

Considerando que Portugal tem uma população envelhecida e grande parte dela infoexcluída;

Considerando o papel de convívio que as publicações periódicas desempenham em muitas localidades;

e considerando o que aconteceu noutros países, em que partes do território deixaram de ter distribuição da imprensa, tornando-se pasto explosivo para as falsas notícias (fakenews) e a incultura,

a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 29 de dezembro de 2025 delibera que:

- o Governo, em especial o Ministério da Coesão Territorial, assegure a manutenção da distribuição das publicações periódicas em todo o país;
- Considere essa distribuição e consequente acesso um serviço público.

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada à Presidência da República, Primeiro-ministro, Ministro da Coesão Territorial, Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, Câmara Municipal de Vendas Novas, Junta de Freguesia de Vendas Novas, Junta de Freguesia de Landeira, órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais, boletim municipal e redes sociais do Município.



MOÇÃO

Pela melhoria do Transporte Público Ferroviário no Concelho

O serviço de transporte público ferroviário no concelho de Vendas Novas tem respostas manifestamente insuficientes às necessidades da população.

Os horários disponíveis são insuficientes, o número de carruagens das composições também, pois ou vêm completas ou não permitem realizar a viagem em condições de comodidade, os atrasos em relação aos horários anunciados são a regra e não a exceção, chegando-se ao ridículo de uma viagem de uma hora ter um atraso de igual tempo e continua sem existir a ligação à linha do Norte, obrigando-se os passageiros a ter de ir a Lisboa

Há ainda problemas na infraestrutura, nomeadamente a falta de uma sala de espera, a não existência de um parque de estacionamento automóvel junto à Estação que dê resposta às necessidades, o acesso aos comboios para pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas entre outros.

Assim a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 29 de dezembro de 2025, exige das entidades responsáveis:

- Aumento urgente do número de carruagens nos horários de início e final do dia;
- Que se cumpram os horários estabelecidos para a circulação dos comboios;
- Reforço do horário dos comboios a circular;
- Reativação da ligação de passageiros à Linha do Norte pelo Setil;
- Abertura na estação de Vendas Novas de uma sala de espera;
- Criação do Parque de Estacionamento junto à Estação;
- Eliminação das barreiras que dificultam o acesso às carruagens a pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas.

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada à Presidência da República, Primeiro-ministro, Ministro das Infraestruturas e Habitação, Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, Presidente da CP, Câmara Municipal de Vendas Novas, Junta de Freguesia de Vendas Novas, Junta de Freguesia de Landeira, órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais, boletim municipal e redes sociais do Município.

